manchete

Público	Periodicidade: Diário	Temática: Economia
	Classe: Informacão Geral	Dimensão: 2297
23-08-2015	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 51453	Página (s): 18/19

Como a "dupla austeridade" deu a volta à vida dos madeirenses

A Madeira continua até ao final do ano sob um apertado plano de ajustamento, que desde 2012 fez disparar o desemprego para a taxa mais alta do país e provocou um brutal aumento na carga fiscal. Bem-vindo à "dupla austeridade"

Madeira
Márcio Berenguer

Treze, catorze, quinze. Quinze anos e seis meses. Sentado a um canto do sofá, junto à luz de fim de tarde que vai entrando pela janela, Sérgio Rocha faz contas aos anos que trabalhou no hotel Regency Palace.

Foram mais de 15 anos, tem a certeza. Começou ainda o hotel de cinco estrelas era só paredes despidas. "Lembro-me de um *cocktail* que houve para apresentar o hotel, eu estive lá a servir", diz, olhando para a mulher, Mónica Velosa, que, a três passos dele, aconchega a filha de ambos, a dormir no carrinho.

Chama-se Isabela, tem cinco meses. Quando nasceu, tanto Sérgio como Mónica trabalhavam no Regency Palace. Foi ali que se conhecerem e se casaram. Foi ali que planearam uma vida a três que, em Julho passado, foi abalada pela notícia do encerramento da unidade hoteleira.

Perto de 40 milhões de euros de dívidas, mais de metade à banca, ditaram o encerramento do hotel. Sérgio e Mónica ficaram sem chão. Foi o único emprego que conheceram. Com eles foram mais 110 trabalhadores bater à porta do Instituto de Emprego da Madeira. No final de Julho, eram 21.582 os inscritos.

Parece pequeno o número, se olharmos para os mais de 600 mil desempregados espalhados por Portugal, mas, em termos percentuais, representa 13,6% da população activa na Madeira. É a região com a taxa mais elevada do país.

Desde que, em Outubro de 2011, em plena campanha eleitoral para as regionais, Alberto João Jardim reconheceu que tinha ocultado uma dívida colossal, que viria a ser depois quantificada em 6.328 milhões de euros – 123% do PIB regional, o correspondente a 600% da receita efectiva registada no ano anterior, nas contas do então ministro das Finanças, Vítor Gaspar –, que nada voltou a ser o que era no arquipélago.

O "pleno emprego", frase com que Jardim esgrimia as críticas ao modelo de investimento seguido pelo governo regional, foi dando lugar ao desespero de famílias inteiras, e no dia-a-dia madeirense a frase "dupla austeridade" saltou dos debates políticos e entrou, sem pedir licença, na casa das pessoas.

Mesmo antes de Jardim ter assinado em Janeiro de 2012 o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), no valor de 1500 milhões de euros, o arquipélago começava a sentir dificuldades.

"Abusos de todo o género"

A Madeira estava no centro de uma tempestade perfeita. O sector do turismo e similares que, a par da construção civil, manteve a taxa de desemprego madeirense abaixo das médias nacionais e comunitárias, sofreu o impacto da crise económica mundial. As grandes obras públicas, que foram o motor da economia regional, estavam concluídas, e o pouco que ainda havia para fazer não chegava para alimentar um sector que foi crescendo desmesuradamente à sombra das políticas de investimento público do PSD-Madeira. Também já não havia liquidez nos cofres da Quinta Vigia para terminar o que já tinha sido começado, e as obras pararam. O desemprego subiu.

Adolfo Freitas, coordenador do Sindicato de Hotelaria e Similares da Madeira, acredita que o número real de desempregados é superior às estatísticas oficiais. "Se contarmos os que tiveram que emigrar, e os que estão inseridos em estágios profissionais e outros programas, há muitas mais pessoas sem trabalho", diz o sindicalista, lamentando o clima laboral que se instalou na região a partir de 2012.

"Quem tem trabalho, não o quer perder, e sujeita-se a abusos de todo o género. Desde salários em atraso, jornadas de 10 horas, trabalho em dias de folga, há de tudo", acusa, responsabilizando os executivos do Funchal e de Lisboa por esta dupla crise. "Fizeram-nos portugueses de segunda. Fomos sacrificados para ajudar a pagar a crise do país, e nos últimos anos ainda tivemos que pagar a nossa crise sozinhos."

Quando Passos Coelho visitou a Madeira, em Junho deste ano, Adolfo Freitas e uma centena de sindicalistas aguardavam-no à porta da assembleia regional, em protesto contra as políticas seguidas. O primeiro-ministro entrou por uma porta lateral. Não viu mas ouviu os protestos, e no dia seguinte foi com Miguel Albuquerque numa visita guiada pela ilha.

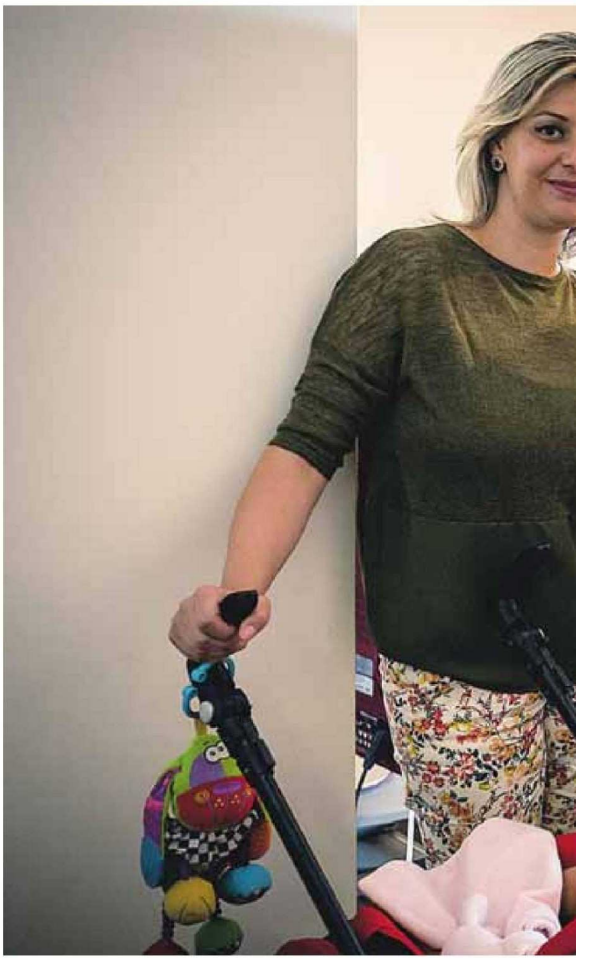
O roteiro pouco tinha de turístico. Viadutos que terminam no vazio. Túneis que vão dar a lugar nenhum. Crateras que já foram hotéis mundialmente famosos, como o Savoy. Esqueletos de betão que aspiravam ser empreendimentos de luxo. Andaimes deixados para trás quando as grandes empresas do sector começaram a emigrar para África.

Na Estrada Monumental, por onde Passos passou num autocarro descapotável, a estátua colossal de um anjo homenageia os trabalhadores. Ali, onde se projectou o crescimento da cidade e da zona turística, empreendimentos de luxo a cheirar a novo continuam desabitados, partilhando a vista sobre o Atlântico com edifícios inacabados e hotéis desmantelados, que a crise não deixou reconstruir.

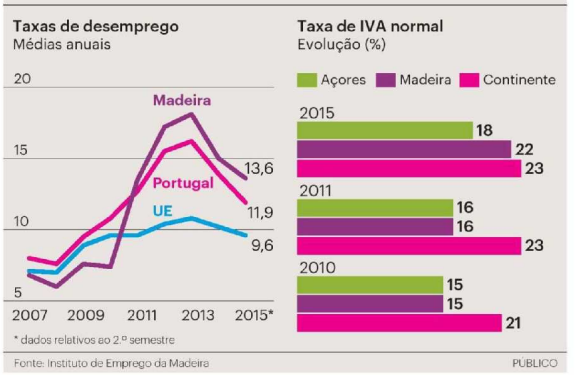
Com a entrada em vigor do PAEF, tudo piorou. Já em dificuldades com a austeridade imposta ao país pela *troika*, a Madeira foi sujeita a um novo resgate. Um resgate dentro de outro resgate. A diferenciação fiscal que existe nas regiões autónomas em relação ao continente, para compensar os custos de transporte, esbateu-se. A taxa máxima do IVA passou de 16% em 2011 para 22%, enquanto os Açores mantiveram os 18%.

O programa de ajustamento impôs também a equiparação dos escalões de IRS e IRC às taxas praticadas no território nacional, e criou uma sobretaxa de 15% sobre o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos, como forma de compensar a impossibilidade de introdução de portagens na ilha, fazendo com que os madeirenses tenham os combustíveis mais caros do país.

Tudo somado, as medidas impostas por Lisboa e Bruxelas provocaram um aumento no custo de vida dos madeirenses. O pequeno comércio e as pequenas empresas, que constituem o grosso do tecido económico, sofreram com a quebra na procura e com o aumento da carga fiscal. O IRC, que, em 2011, era de 20% na Madeira, subiu para 23%. A derrama estadual, que não era pra-



O impacto da austeridade



Fonte: Instituto de Emprego da Madeira

PÚBLICO

manchete

Público	**Periodicidade:** Diário	**Temática:**	Economia
	Classe: Informacão Geral	**Dimensão:**	2297
23-08-2015	**Âmbito:** Nacional	**Imagem:**	S/Cor
	Tiragem: 51453	**Página (s):**	18/19

Sérgio Rocha e Mónica Velosa têm uma filha de 5 meses. O casal faz contas ao tempo que falta para terminar o subsídio de desemprego

GREGÓRIO CUNHA

ticada, foi imposta. Seguiu-se uma maré de falências.

Hospitais e centros de saúde passaram a cobrar taxas moderadoras e as comparticipações das consultas de medicina privada foram reduzidas. Nas farmácias, acumulam-se os medicamentos por levantar. Idosos, pensionistas e desempregados deixam, por falta de dinheiro, medicamentos no balcão. "A alteração do modelo receituário e a introdução dos genéricos veio reduzir essas situações, mas assisti a muitos casos, que continuam a verificar-se", conta Bruno Olim Ferreira, presidente da Ordem dos Farmacêuticos na região.

No pico da crise, em 2013 e 2014, as pessoas faziam uma "selecção" dos medicamentos que levavam para casa. "Havia mesmo quem deixasse tudo para trás, outros hierarquizavam o que levavam de acordo com a patologia", explica. Medicamentos para o colesterol, por exemplo, eram deixados na farmácia. "Infelizmente, ainda existem situações destas."

Junta distribui alimentos

É a dupla austeridade que, a 10 minutos de avião, ou duas horas e meia de barco, é multiplicada. No Porto Santo, que sempre sofreu os custos de uma dupla insularidade, há agora uma tripla austeridade. A ilha fica esquecida durante nove meses do ano. No Verão, acorda com madeirenses e continentais a chegarem aos magotes. O desemprego, que ronda os 30%, é minimizado nessa altura. Os hotéis, fechados durante o resto do ano, abrem as portas. Esplanadas e lojas enchem-se em Agosto. São três meses de lucro, mais uma semana na Páscoa e outra no Natal, para alimentar o resto do ano.

A administração pública, que é o principal empregador, pagava mais 30% sobre o salário dos funcionários para compensar os custos de transporte e de saúde que, para além de um modesto centro de saúde, é inexistente no Porto Santo. Pagava, já não paga desde que Jardim assinou o PAEF. Mesmo assim, funcionários públicos e do aeroporto não se podem queixar, quando olham à volta e sentem a pobreza escondida.

Há situações dramáticas. Casos de fome que a junta de freguesia e algumas associações vão tentando acudir. "Tenho 55 anos, nasci numa família humilde e sempre vivi no Porto Santo, mas nunca passei por aquilo que estas pessoas estão a passar", lamenta Idalino Vasconcelos, presidente da junta local. Todas as noites, ele e mais duas pessoas vão ao Pingo Doce levantar alimentos para entregar a famílias carenciadas. "É pão, farinha e massas com a embalagem danificada, e conservas com a lata amassada", explica, dizendo que antes eram atirados para o lixo, e agora ajudam a minimizar as carências de mais de 120 famílias. "Têm um prazo de validade curto, mas estão em bom estado."

A junta tem um orçamento reduzido. Mesmo assim, consegue canalizar mensalmente mais de uma centena de vales de 30 euros para alimentação. "Sei que é pouco, muito pouco, mas também contamos com a ajuda da Associação Vincentinos de Paulo, que apoia muitas pessoas."

Muitas vezes Idalino Vasconcelos ajuda do próprio bolso. "As pessoas procuram-me. Encontram-me na praia ou no supermercado. Precisam de um medicamento, de uma garrafa de gás. O que vou fazer? Levar o caso à assembleia de freguesia para aprovação? São situações urgentes."

A construção civil está paralisada. Comércio e serviços fecham as portas durante quase todo o ano. E o clima seco não deixa grande espaço para a agricultura. A ilha importa quase tudo o que consume. Está dependente do *ferry* que faz a ligação diária à Madeira. No Inverno, o navio vai para manutenção, e as prateleiras dos supermercados vão ficando despidas.

O Verão, com os nove quilómetros de praia dourada, esconde as dificuldades, mas a população não esquece que depois chega o Outono.

Sérgio e Mónica também não esquecem que o Outono e o Inverno vão chegar. Fazem novamente contas. Ao corte que sofreram no rendimento. Ao tempo que falta de subsídio de desemprego. Ao que fazer agora. "Sair?", pergunta Mónica. Sérgio abana a cabeça que não. Falta-lhe espírito de emigrante, mas a verdade é que ambos com 35 anos, estão naquela faixa etária em que as estatísticas dizem que são demasiado novos para pensar na reforma e demasiado velhos para trabalhar. "Mas que país é este, em que somos velhos aos 34?", pergunta Mónica.

Ninguém responde. Isabela continua a dormir, agora no colo da mãe. Sérgio mantém-se sentado no sofá, junto à janela, onde o sol que vai entrando lembra que ainda é Verão.

Programa alargado em segredo

O Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) foi assinado pelo Governo da Madeira com a República Portuguesa a 27 de Janeiro de 2012, numa altura, admitiria Alberto João Jardim mais tarde, em que a região estava no limite das capacidades.

Com o valor de 1500 milhões de euros, o resgate teve por objectivo ajustar as finanças do arquipélago, a braços com uma dívida de 6328 milhões de euros. O programa tinha inicialmente a vigência de três anos mas, em segredo e sem consultar a assembleia, Jardim negociou o prolongamento até ao final de 2015.

Além das medidas restritivas impostas ao executivo madeirense, que perdeu autonomia financeira e foi obrigado a alterar profundamente o modelo económico até aí seguido, ficando limitado a um tecto máximo de 150 milhões de euros/ano para investimento, os contribuintes madeirenses deixaram de beneficiar de um diferencial de IRS que, no caso do primeiro escalão, era de 20% em relação ao continente. O IVA subiu 37,5% e os combustíveis, para compensar a impossibilidade de instalação de portagens e ajudar a pagar os investimentos rodoviários, 15%. Tabaco e bebidas alcoólicas passaram a ser taxados em linha com as percentagens praticadas no país, e a política de subsídios à saúde e ao desporto foi reestruturada. Nas empresas, a quebra na procura, aliada ao aumento do IRC e à introdução da derrama municipal, fez com que o desemprego aumentasse. No final de Julho, a Madeira ultrapassou o Algarve com a taxa de desemprego mais elevada, e a emigração, como de resto em todo o país, voltou a estar na ordem do dia.

A Lei de Meios, acordada com José Sócrates para a reconstrução após o temporal de 2010, foi revista e todos os pagamentos feitos pelo Governo madeirense tinham que ser previamente auditados pelo Ministério das Finanças. O presidente do governo regional, Miguel Albuquerque, já prometeu um corte substancial na carga fiscal para as famílias e empresas, para níveis de 2011. **M.B.**